



Valério Ayres

Caiado não revela o plano de reforma agrária da UDR

# UDR vai ao Mirad mas não mostra seu plano ao ministro

A União Democrática Ruralista (UDR) preparou, em documento sucinto, um plano no qual a entidade expõe a melhor maneira de ser viabilizada a reforma agrária. Este plano deveria ser entregue no final da tarde de ontem ao ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), Marcos Freire, que entretanto cancelou o encontro com o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, por ter ido ao enterro do poeta Carlos Drummond de Andrade no Rio de Janeiro.

Segundo Caiado, o ministério marcou uma nova audiência para 1º de setembro. Se as agendas de ambos permitirem, o encontro poderá ocorrer antes dessa data. O presidente da UDR não quis antecipar nenhum ponto do plano sugerindo a reforma agrária ideal. Ele disse apenas que a classe de produtores rurais não aceita a imissão imediata da posse da terra. O plano foi elaborado e discutido por 151 diretores das regionais da UDR, que se reuniram por dois dias no Garvey Hotel.

Caiado confirmou também que a entidade "está jogando duro", no lobby junto aos constituintes para fazer valer sua proposta de reforma agrária. "Estamos fazendo marcação corpo a corpo, homem a homem" — admite Caiado. Os constituintes estão, de fato, sendo visitados em seus gabinetes no Congresso Nacional, pelos diretores regionais da entidade de seus respectivos estados.

Caiado, como de costume, fez duras críticas ao Governo, afirmando que ele não está interessado em promover a reforma agrária, mas sim desestabilizar o setor produtivo primário. "O Governo pensa que promover reforma agrária significa apenas desapropriar terras, mas ele tem é que assentar famílias com as mínimas condições". De acordo com Caiado, os assentamentos feitos até agora pelo Incra, são na realidade, "favelamentos rurais", como os da fazenda Annoni (RS) e Pontal do Paranapanema (SP).

# Aeronáutica pede apuração de denúncia

O ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima pediu ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que apure a denúncia de que o coronel Pedro Jusino Cordeiro, assessor parlamentar do ministério teria falsificado o projeto de conceder anistia aos militares cassados por atos administrativos, no gabinete do senador José Agripino (PFL-RN) na última quarta-feira à noite, divulgada pelo jornal **Tribuna da Imprensa**. Em ofício encaminhado à Mesa da Constituinte, o ministro pede que seja instaurado "procedimento administrativo competente".

Depois de ler o documento no plenário da Constituinte, o presidente em exercício, deputado Jorge Arbage (PDS-PA) comunicou que a Mesa designará um relator para investigar a denúncia. A notícia divulgada na última sexta-feira diz que "o assessor parlamentar do ministro da Aeronáutica, coronel, Pedro Jusino Cordeiro, foi flagrado, quarta-feira à noite, por volta das 20h00 no gabinete do senador José Agripino modificando o teor da emenda da anistia que já havia sido aprovada pelos grupos de consenso e dos 32, liderado pelo senador José Richa".

A denúncia foi feita pelo capitão-de-corbete, Miguel Camolez, que interpelou o coronel Josias quando este suprimia da emenda o benefício da anistia para os punidos por atos administrativos, e como resposta obteve a explicação de que o coronel estava "cumprindo ordens". Segundo o denunciante, o coronel Josias estava acompanhado por mais quatro militares.

O ofício do ministro da Aeronáutica à Constituinte diz "que a natureza da acusação se reveste de profunda gravidade, pois, não apenas imputa ao oficial um ato delituoso, como induz à crença de uma ingerência indevida deste ministério nos trabalhos soberanos da Assembléia Nacional Constituinte. O ministro diz ainda que o pedido para que os fatos sejam apurados, partiram do próprio assessor parlamentar.

## Emenda antimarajá

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) vai apresentar uma emenda ao substitutivo do relator Bernardo Cabral para acabar com os "marajás", através da fixação da remuneração máxima que inclui o salário e todas as vantagens.

Além disso a emenda prevê a cassação do direito adquirido daqueles que percebem hoje altos salários na administração pública.

## Fuga da seca

O clima seco de Brasília — em agosto e setembro a umidade relativa do ar chega a níveis tão baixos como os do deserto do Saara — levou ontem o presidente do Senado, Humberto Lucena, a propor a mudança de datas do recesso do Congresso Nacional. Lucena quer que o Congresso, em vez de interromper seus trabalhos em julho, dezembro, janeiro e fevereiro, como ocorre atualmente, divida o recesso em dois períodos iguais: um nos dois primeiros meses do ano e o outro em agosto e setembro. "Assim escaparíamos dos meses em que o clima de Brasília é pior", disse.

## Questão urbana

Os debates, discussões e esforços para um entendimento sobre a questão urbana na nova Constituição voltam à cena hoje à noite, na terceira etapa das sessões extraordinárias da Assembléia Nacional Constituinte. A questão urbana vem gerando polêmica desde os trabalhos da subcomissão, que aprovou parecer do relator — deputado José Ulysses (PMDB-MG) — e depois com a derrota do parecer do relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP).

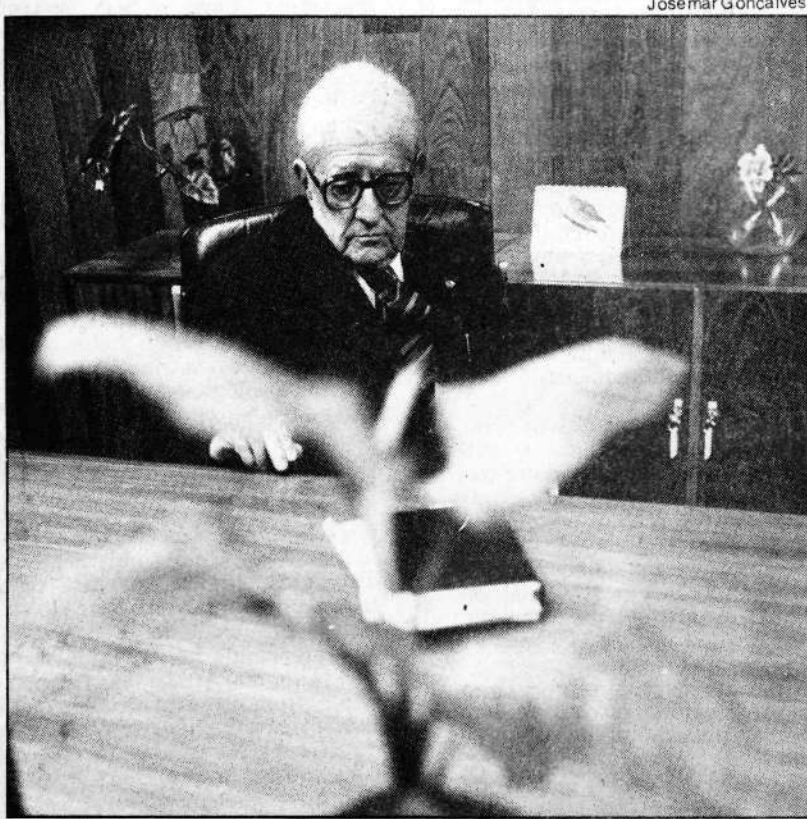
## Governadores

Os governadores dos estados do Centro-Sul deverão se reunir, nos próximos dias, possivelmente em Santa Catarina, para discutir a situação política do País — e os pontos básicos do atual projeto da nova Constituição. Reunião semelhante deverá ocorrer entre os governadores do Norte-Nordeste. Essa foi uma decisão tomada em Recife pelos governadores Orestes Quércia (SP), Moreira Franco (RJ), Miguel Arraes (PE), Tasso Jereissati (CE), Waldyr Pires (BA) e Geraldo Mello (RN). Ontem Quércia informou, já em São Paulo, que as duas reuniões servirão para preparar um encontro de todos os governadores, no Rio de Janeiro.

## Resposta a Richa

"Se o senador José Richa está magoado por não ter sido previamente consultado sobre as investigações que o governo do Paraná vem fazendo em cima das denúncias sobre corrupção ocorrida no Banco Del Paraná e em outros órgãos, isso não me preocupa", afirmou ontem o governador Alvaro Dias. "Descarto a possibilidade de um rompimento entre o senador e eu", acrescentou. "Para mim, tudo não passa de especulações que absolutamente não me preocupam. Caso essas especulações tenham um fundo de verdade, meu governo continuará denunciando funcionários corruptos, sejam de administrações anteriores ou da atual", frisou Dias.

# Acordo delega poderes constitucionais ao STF



Josemar Gonçalves

## Arinos participou da reunião que amplia poderes do STF Cabral acatará 25 mil propostas de plenário

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), apesar do curto espaço de tempo, pretende analisar todas as 25 mil emendas de plenário para a elaboração de seu primeiro substitutivo, que será encaminhado amanhã a todas as lideranças partidárias. As emendas de plenário, assegura, serão aprovadas integralmente, sendo julgadas no mérito somente na votação em plenário.

Segundo o Regimento Interno da Constituinte, o relator tem até o dia 24 de agosto para apresentar o seu parecer final sobre o projeto de Constituição e as emendas de plenário. Assim, o seu substitutivo entra no dia seguinte em discussão no plenário da Constituinte, sendo aberto um novo prazo de cinco dias para a apresentação de emendas.

Para evitar repetição de matéria, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), encaminhou ofício a todos os 559 constituintes para que apresentem somente emendas inovadoras. Arinos lembra aos parlamentares que todas as emendas apresentadas na fase anterior — mesmo rejeitadas — são passíveis de pedido de destaque durante a votação em plenário.

### Mérito

O tratamento para as emendas populares será outro. Todas as emendas, independentemente do conteúdo, serão aprovadas pela Comissão de Sistematização. O relator Bernardo Cabral afirma que não pretende avaliar sozinho o mérito de questões levantadas pelo movimento popular. Ele exemplificou que no caso das cinco emendas que prevêm a preservação do Sesi, Sesc, Senai e Senac os

eleitores que a assinaram — 1.617 mil — representam motivo suficiente "para a alteração do projeto "que extingue essas entidades".

Cabral, no entanto, prefere não revelar se o mesmo procedimento será adotado nessa fase em relação a emendas populares sobre a reforma agrária, que alcançaram 1.616 mil assinaturas. O relator garante que mesmo adotando essa postura em relação à emenda popular que defende as instituições de formação de mão-de-obra especializada, não significa o "desmerecimento das emendas que obtiveram menor número de assinaturas".

### Prazos

A partir de agora, os prazos da Constituinte começam a correr mais rapidamente. Depois do dia 23 de agosto, quando será apresentado definitivamente o primeiro substitutivo ao projeto, será aberto novo período de cinco dias para a apresentação de emendas. Bernardo Cabral terá apenas sete dias para apreciá-las, divulgando o seu parecer no dia sete de setembro — segundo substitutivo.

Os constituintes que não tiveram suas emendas acolhidas poderão, no dia 10 de setembro, formular pedido de destaque, já que no dia 11 será iniciada a votação na Comissão de Sistematização. A votação, no entanto, não poderá demorar mais que seis dias, já que o substitutivo deverá ser aprovado até o dia 17, para ser encaminhado à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. A votação em plenário, apesar de não ter sido confirmada, deverá ocorrer a partir do dia 19 de setembro. Não há prazo regimental estabelecido para o fim da apreciação.

A decisão de dar poderes constitucionais ao Supremo Tribunal Federal, em substituição à criação de um Tribunal Constitucional específico, foi o principal acordo da reunião de ontem entre o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), com líderes do PMDB e os relatores auxiliares. O STF, no entanto, será fiscalizado por uma comissão externa a ser regulamentada por lei ordinária.

Outra decisão importante foi a de manter as instituições de formação de mão-de-obra especializada, representadas pelo Sesi, Sesc, Senai e Senac. Assim fica revogado o artigo do projeto que prevê o desconto em folha de pagamento somente dos benefícios destinados à Previdência Social.

O deputado José Serra (PMDB-SP) explicou que, se a folha de salários de cada empresa tiver base exclusiva na seguridade social, a manutenção desses serviços prestados não seria possível. Seriam afetados também os programas da reforma agrária e de educação, que são custeados hoje pelo Finsocial e salário educação, respectivamente.

A aposentadoria foi um dos maiores impasses enfrentados pelo grupo, ontem. Serra ponderou que se for mantida a decisão do atual texto de não se pagar menos de um salário-mínimo aos aposentados rurais e urbanos, a Previdência não terá condições de arcar com as despesas. Ele estima que serão necessários cerca de Cz\$ 40 bilhões anuais para arcar com essas despesas. "De onde vamos tirar esse dinheiro?". Adiantou que a tendência do grupo é atualizar o valor das aposentadorias através do cálculo médio das pensões pagas nos últimos três anos.

Amanhã, o grupo volta a se reunir no 24º andar do edifício sede do Banco do Brasil. Pela manhã está previsto o comparecimento do ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, e do deputado Almir Gabriel (PMDB-PA), para tentar chegar ao acordo sobre a estabilidade no emprego.

Arquivo 08/06/87



Serra vê falta de recursos

## Arinos prevê transição a novo regime

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), autor da emenda parlamentarista acolhida no substitutivo do deputado Bernardo Cabral, disse ontem que a Constituinte poderá determinar uma fase de transição entre a aprovação do parlamentarismo e sua instalação. Para ele, esta será a grande oportunidade na vida pública do presidente Sarney, que durante o seu mandato terá que transitar em uma mudança de regime.

A emenda Arinos prevê um parlamentarismo mais puro do que o estabelecido no Projeto de Constituição. Por ela, o Presidente da República é o chefe supremo das Forças Armadas e é responsável também pela aplicação dos estados de defesa e pela política externa do País. O primeiro-ministro, escolhido entre os membros do Congresso Nacional, é nomeado pelo Presidente depois de consultadas as correntes partidárias que formam maioria no Legislativo.

A peculiaridade da emenda, segundo Arinos, é que ela favorece mais a instalação do que a destituição do Governo. Explica ele que, enquanto a moção de confiança é obtida através da aprovação da maioria simples da Câmara dos Deputados, a moção de censura só pode acontecer pelo voto da maioria absoluta e não implica, necessariamente, em exoneração do Gabinete. "A exoneração só se dá quando o próprio primeiro-ministro coloca a questão em pauta".

Negociações O presidente da Comissão de Sistematização comentou também as negociações em torno do Projeto de Constituição. Para ele, a impressão de desordenamento das discussões reflete as contradições de tudo que se exprime hoje na democracia do País. "Parece muito com o que está acontecendo no Brasil", afirma o senador. Ele ressaltou ainda que só agora a Constituinte começa a trabalhar, efetivamente, em cima de um texto preliminar.

# Sessão sobre distrital gera debate ideológico

Na discussão do sistema eleitoral, na sessão extraordinária de ontem à noite da Assembléia Nacional Constituinte, mais uma vez as posições ficaram divididas entre a esquerda e a direita. Para a esquerda, o voto distrital, mesmo misto, como querem os conservadores, significa a extinção dos pequenos partidos. Já a direita acredita que o sistema vai aperfeiçoar a democracia, ao contrário do voto proporcional.

Ao iniciar a sessão, o deputado José Genoíno (PT-SP) levantou uma questão de ordem suspeitando da convocação da Ordem do Dia, distribuída pelo avulso da Câmara. A convocação colocou como tema do debate o sistema eleitoral e voto distrital, o que era tendencioso, segundo Genoíno, porque a discussão se daria entre o voto distrital e o voto proporcional e a respeito dessa questão não há consenso.

O primeiro orador a ocupar a tribuna foi o deputado Paulo Delgado (PT-MG). De acordo com o parlamentar, os que defendem o voto distrital "querem fazer regressar o sistema eleitoral. O voto proporcional tem a virtude de não excluir ninguém, já o voto distrital misto, como querem os conservadores, facilita o gueto eleitoral e

a adoção do bipartidarismo. Será a extinção dos pequenos partidos".

### Poder econômico

Israel Pinheiro Filho, deputado pelo PMDB de Minas Gerais, pediu um aparte para dizer que, ao contrário do que o orador apregoava, o voto distrital vai privilegiar os pequenos partidos, as minorias.

"O voto distrital misto é mais uma manobra do poder econômico, dos setores conservadores, para a volta do bipartidarismo". A advertência foi feita pelo senador Jamil Haddad (PSB-RJ), ao fazer um pronunciamento em defesa do voto proporcional. De acordo com Jamil Haddad, com o voto distrital os partidos ideológicos acabariam, "pois o voto ideológico é difuso, não pode ser medido por distritos".

Em defesa do voto distrital misto falaram ainda os deputados Prisco Viana (PMDB-BA) e Adylson Motta (PDS-RS). Prisco Viana ressaltou que o voto distrital misto, "concilia as vantagens do voto proporcional com o voto distrital puro e fará surgir governos estáveis, sem sufocar as minorias". Adylson Motta acredita que esse sistema permitirá uma maior participação popular na eleição, com o fortalecimento dos partidos.

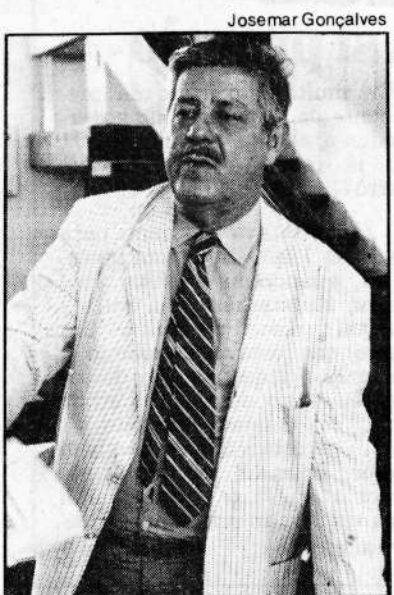
# Jornalista é agredido por guardas da Câmara

O jornalista e ex-deputado Hermano Alves foi pívô, ontem à tarde, de um atrito com guardas da segurança da Câmara, ao ser por eles interceptado, de modo rude, quando se dirigia ao Comitê de Imprensa do Senado, sem gravata.

Hermano foi impedido de subir ao Salão Verde da Câmara, primeiro por um guarda, mesmo informando que não pretendia ir ao plenário, pois seguiria apenas rumo ao Comitê de Imprensa. Suas ponderações não foram acolhidas, sob o argumento de que não estava em traje passeio completo.

Alegando ter sido parlamentar, que fora exilado pelo regime militar, por haver se posicionado em defesa do Legislativo, Hermano passou a barreira do primeiro guarda e este gritou para que outros dois colegas o contivessem. Hermano colocou a gravata em volta do pescoço, sem lhe dar o laço. Os dois guardas o agarraram perto do último degrau de acesso ao salão verde e o primeiro agente de segurança — pelo relato do ex-deputado — o agrediu. Hermano protestava em altos brados, enquanto um dos guardas que o retinha lhe deu cotoveladas no rim. Toda a cena foi assistida, à distância, pelo diretor de Segurança da Câmara, Fernando Paolucci. Como Hermano tivesse sofrido uma hemorragia nasal, os guardas o largaram e Fernando, de acordo com o jornalista, ordenou aos agentes que se retrassem.

O fato foi presenciado por dezenas de populares e vários jornalistas se dirigiram à Mesa da Constituinte, então presidida pelo deputado Jorge Arbage (PDS-PA), para solicitar a apuração do incidente. O terceiro secretário da mesa da Câmara, deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI),



Josemar Gonçalves

Hermano: ironia do destino

determinou a Fernando que levasse os guardas envolvidos no episódio ao primeiro vice-presidente da Constituinte, deputado Homero Santos (PFL-MG). Antes disso, porém, o diretor de Segurança da Câmara, no Salão Verde, assegurava que o sangramento nasal de Hermano não fora provocado por qualquer agressão. "Ele (o jornalista) deve ir a exame de corpo delito, a fim de esclarecer isso".

O episódio entre Hermano Alves e os guardas da Câmara foi marcado pela ironia: o artigo que o jornalista pretendia encaminhar ao Comitê de Imprensa do Senado tratava da necessidade de desarmamento de espírito na Constituinte. "Fui exilado por catorze anos pelo regime militar. Mas, agredido, só agora o fui, no regime civil", disse Hermano.

## O CALENDARIO DA CONSTITUINTE

- 20/8 Apresentação do substitutivo às lideranças partidárias.
- 24/8 Publicação e distribuição do parecer do relator sobre o projeto de Constituição e sobre as emendas de plenário.
- 25 a 30/8 Discussão em plenário e apresentação de emendas ao substitutivo (último prazo para a apresentação de emendas).
- 31/8 a 7/9 Elaboração do parecer do relator às emendas do segundo substitutivo.
- 10/9 Prazo para formulação de pedidos de destaque.
- 11/9 Início da votação do substitutivo na Comissão de Sistematização.
- 17/9 O substitutivo aprovado é enviado à mesa da Assembléia Nacional Constituinte.
- Obs.: 24 horas após a publicação do avulso, será iniciada a discussão em plenário — prevista para o dia 19 de setembro.

## Líder vê consenso ampliado

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, da Bahia, manifestou-se ontem, otimista quanto à perspectiva de redução da área de divergência entre os partidos da Aliança Democrática, em torno do projeto da futura Constituição.

"Final — disse Lourenço — tudo indica que ficarão apenas quatro ou cinco pontos de consenso improvável, no projeto de Constituição".

O líder do PFL esclareceu quais são esses pontos: duração do mandato presidencial, sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), reforma agrária e exclusividade ou não de concessão de verbas públicas para as escolas públicas.

O parlamentar do PFL da Bahia esteve, ontem, com o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, juntamente com o presidente pefelista, senador Marco Maciel, de Pernambuco.

### Gastos

Nesse encontro, tratou-se exclusivamente dos temas ainda não

resolvidos, como a questão das verbas para Educação. Ao que disse, verificou-se que cada aluno das escolas públicas superiores custa ao erário entre 30 mil e 60 mil cruzados, enquanto que nas escolas privadas fica por volta de cinco mil cruzados. Desse modo, reconheceu, essa posição pode facilitar o encontro de uma fórmula consensual no assunto.

Tal questão, bem como a da reforma agrária, no entender de Lourenço, poderá solucionar-se através da legislação complementar. Quanto ao mandato do Presidente da República e o sistema de Governo, a solução será adotada através do voto.

No que se refere à anistia, à estabilidade no emprego e à redução da jornada de trabalho, Lourenço sublinhou que tais assuntos serão remetidos à legislação ordinária. O líder do PFL não confirmou a realização de um encontro, hoje, entre ele, o líder pefelista no Senado, senador Carlos Chiarelli (RS) e Maciel, para continuar o exame dos problemas da Constituinte.